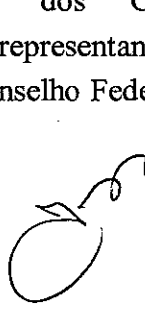


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ata da 2ª Reunião do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD  
Realizada em 11 de agosto de 2009

1. Ao onze dias do mês de agosto de dois mil e nove, às quatorze horas, na Sala Foyer do Hotel Carlton, em Brasília (DF), reuniu-se o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD, para sua 2ª Reunião Ordinária, em 2009, sob a presidência do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, Jorge Armando Felix e coordenada pelo Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e Secretário Executivo do CONAD, Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa. Presentes os Conselheiros: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; Francisco Cordeiro, representante do Ministério da Saúde; Bruno Gonçalves Araújo Rios, representante da ANVISA/MS; Sueli Teixeira de Melo, representante do Conselho Nacional de Educação; Paulo Sérgio Ribeiro, representante do Ministério da Defesa; Tatiana Arantes Barbosa, representante do Ministério das Relações Exteriores (observadora); Marcelo Silva Pontes, representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras/Ministério da Fazenda; Osmar Expedito Junior, representante da Receita Federal/Ministério da Fazenda; Elisaldo Luiz de Araújo Carlini, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Domingos Bernardo Gialluisi da Silva Sá, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Fátima Souza Campos Roriz, representante da Imprensa; EdwardMacRae, Antropólogo; Nelson Giovanelli Rosendo dos Santos, representante do Terceiro Setor; Luiz Cravo Dórea, representante do Departamento de Polícia Federal/Ministério da Justiça; Mônica Gorgulho, representante do Conselho Federal de Psicologia, Mariza Vieira de Bem, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; José Guerra, representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Luizemir Wolney Carvalho Lago, representante dos Conselhos Estaduais Antidrogas/Entorpecentes; Sérgio Maurício Souza Vidal, representante da União Nacional dos Estudantes; Cristina Maria Brites, representante do Conselho Federal de Serviço Social.



Tatiana  
Mônica  
Sérgio Vidal

Ausentes: Ministério da Educação; Ministério Público; SENASP/MJ; Terceiro Setor (SESI); Meio Artístico.

Item 1 – **ABERTURA** – Representando o Presidente do CONAD, Jorge Armando Felix, que, por questões de agenda, não pode estar presente na abertura da Reunião, o Secretário Executivo do CONAD, Paulo Roberto Uchôa iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. A seguir, informou sobre o resultado da reunião da UNGASS (Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas), realizada em março, em Viena. Complementou, relatando que o Brasil foi indicado por unanimidade para Coordenar o Grupo de Trabalho de Alto Nível da CICAD, o qual irá revisar e atualizar a Estratégia Hemisférica sobre Drogas. Mencionou que de acordo com a metodologia estabelecida, está agendada para setembro uma reunião em São Paulo, com as delegações dos países com vistas a elaborar um esboço do documento a ser apresentado à CICAD em novembro deste ano. Finalizando, informou que, por solicitação de alguns países da América do Sul, a SENAD, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, irá expandir o Curso SUPERA (Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, Intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento) para o Paraguai, Peru e Suriname. A seguir, fez a leitura dos itens da pauta, passando a palavra a Conselheira Paulina Duarte.

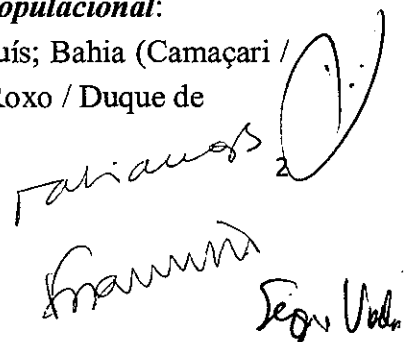
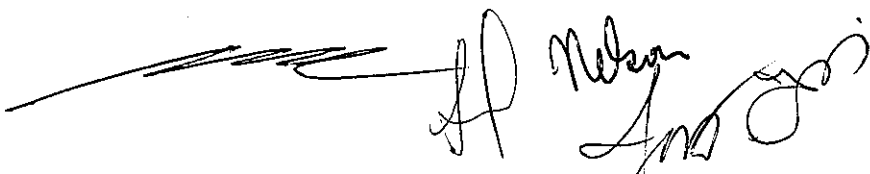
Item 2 – **PROGRAMA: SENAD-PRONASCI: DROGAS E VIOLÊNCIA: RESPOSTAS INTEGRADAS** - A Conselheira Paulina Duarte iniciou sua apresentação mencionando que este Programa nasceu da parceria entre SENAD e PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Ministério da Justiça), como uma exigência de resposta do Estado brasileiro ao desafio imposto pela associação drogas, violência e juventude. Entretanto, esclareceu que, em nenhum momento, o programa sugere o uso de drogas como uma decorrência do crime, ou vice-versa. O programa visa sim aumentar a rede de proteção do jovem e o seu acesso às políticas públicas de proteção social. Complementou, informando que serão desenvolvidas iniciativas de natureza preventiva, de tratamento e reinserção social, com vistas à redução da criminalidade associada ao uso indevido de álcool e outras drogas, assim como se buscar o fortalecimento da rede social e de saúde e o melhor acesso aos serviços disponíveis.

O programa será implantado inicialmente nas regiões PRONASCI: Brasília/Entorno do DF, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Vitória e Salvador. Esclareceu que a escolha desses locais foi realizada considerando os seguintes critérios:

1º **Locais que integram os territórios de paz** – locais que necessitam maior assistência e incentivo na implementação de políticas. Nestes locais já há uma adesão e um comprometimento por parte das autoridades locais para implementação dessas políticas.

2º **regiões metropolitanas contempladas no PRONASCI x número populacional:**

Belém; Belo Horizonte; Curitiba; Maceió; Recife; São Paulo; São Luís; Bahia (Camaçari / Lauro de Freitas / Simões Filho / Salvador); Rio de Janeiro (Belford Roxo / Duque de



Caxias / Itaboraí / Itaguaí / Macaé / Mesquita / Nilópolis / Niterói / Nova Iguaçu / Queimados / São Gonçalo / São João de Meriti); Rio Grande do Sul (Alvorada / Bagé / Canoas / Cachoeirinha / Esteio / Estância Velha / Guaíba / Gravataí / Novo Hamburgo / Porto Alegre / São Leopoldo / Sapucaí do Sul / Viamão); Espírito Santo (Cariacica / Viana / Vitória / Vila Velha / Serra); Distrito Federal (Brasília / Ceilândia / Cruzeiro / Candangolândia / Gama / Guará / Lago Sul / LagoNorte / Taguatinga / Brazlândia / Sobradinho / Planaltina / Paranoá / Núcleo Bandeirante / Riacho Fundo / Recanto das Emas / Samambaia / Santa Maria / São Sebastião); Entorno do DF – Goiás (Águas Lindas de Goiás / Cidade Ocidental / Formosa / Novo Gama / Planaltina de Goiás / Valparaíso de Goiás / Luziânia).

O Programa tem como objetivo Geral:

✚ Desenvolver um conjunto integrado de ações de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de drogas, visando à redução da criminalidade associada ao consumo dessas substâncias junto à população jovem.

Objetivos específicos do programa:

- ✚ Sensibilizar os atores políticos nas respectivas regiões para a necessidade de desenvolver ações concretas junto à população jovem, tendo em vista a redução dos índices de violência associados ao consumo de drogas;
- ✚ Capacitar diferentes atores sociais para a implementação de ações preventivas;
- ✚ Identificar os projetos e programas governamentais existentes nas localidades definidas, visando a articulação das ações e a viabilização do acesso da população às diferentes políticas sociais;
- ✚ Identificar, capacitar e articular os recursos comunitários existentes para otimização da participação da comunidade e da dinâmica das redes sociais;
- ✚ Criar e/ou fortalecer serviços especializados em atendimento ao usuário de álcool e outras drogas, propiciando um serviço qualificado e articulado aos programas governamentais já existentes.

O programa está dividido em três componentes: mobilização, prevenção e intervenção.

Componente 1: Mobilização

Esse componente tem por objetivo sensibilizar os atores políticos das esferas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a implementação das ações previstas.

- ✚ Mobilização institucional: promover e discutir a interação e envolvimento de atores estratégicos, responsáveis por levar a termo as ações pensadas e articuladas em nível institucional;
- ✚ Mobilização social: será realizado um amplo trabalho de mobilização comunitária no sentido de se discutir as melhores ações para aquela comunidade;
- ✚ Criação e/ou fortalecimento do Conselho Municipal sobre Drogas – tem por objetivo a

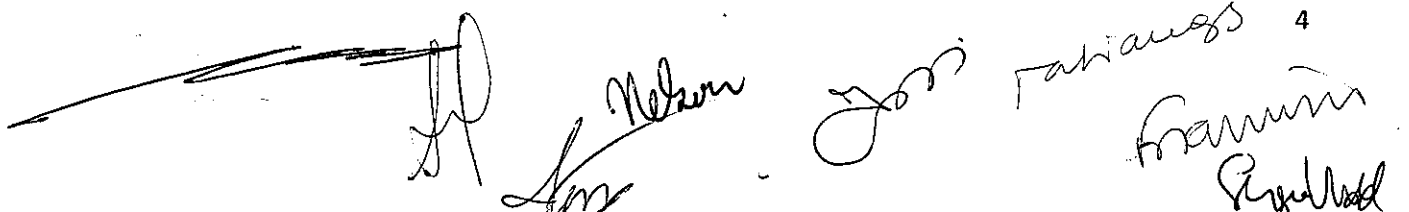
articulação de ações descentralizadas em nível municipal.

### Componente 2: Prevenção

- ✦ Disseminação de informações qualificadas sobre drogas: a idéia é continuar com a discussão de forma desmistificada, fundamentada cientificamente e principalmente fugir de forma radical da chamada “pedagogia do terror”;
- ✦ Implementação simultânea de projetos, ou seja, a replicação de experiências consolidadas pela SENAD e por outros órgãos de Governo, assim como “boas praticas” identificadas na comunidade.

### Componente 3: Intervenção

- ✦ Mapeamento dos serviços, projetos e programas governamentais, bem como dos recursos comunitários existentes nas localidades de implementação;
  - ✦ Análise da proposta terapêutica e de capacitação dos profissionais da rede geral e pública. Esta avaliação será realizada por Universidades Federais, as quais irão identificar e avaliar o nível de conhecimento dos profissionais quanto ao atendimento de usuários e dependentes de drogas, ou seja, será avaliado “quem trabalha direito ou não”. Após análise, pretende-se propor cursos de capacitação bem como, a ampliação dos recursos comunitários.
  - ✦ Otimização dos recursos identificados, tendo em vista a ampliação da rede de possibilidades de inserção social e a valorização das ações comunitárias;
  - ✦ Criação de novos recursos – se dará a partir de uma análise feita pelo mapeamento em conjunto com o Ministério da Saúde quando da implementação do plano emergencial;
  - ✦ Articulação e o fortalecimento dos recursos disponíveis;
  - ✦ Georeferenciamento – irá fornecer elementos para duas questões: 1) para criar novos recursos, através da identificação das necessidades do território, da densidade populacional, etc; 2) para orientar o profissional do município quanto à utilização dos recursos existentes na própria comunidade (referência Banco de Dados que será elaborado a partir do levantamento);
  - ✦ Especialização *latu sensu* e mestrado profissionalizante na área de tratamento em Universidades Públicas de cada um dos Estados (Bahia / Distrito Federal / Espírito Santo / Universidade Federal do Rio de Janeiro / Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- Após explicou a lógica do processo do projeto: a idéia é de que a pessoa tem os diferentes momentos desse atendimento: identificação, acolhimento, encaminhamento, acompanhamento, intervenção, reinserção social e a rede comunitária. E a meta é a resolução dos casos. Paralelo a esse processo de atendimento, todas as instituições serão envolvidas: desde família, polícia, escola, instituições religiosas, dentre outras. Após, o usuário será encaminhado aos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e aos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). A assistente social ou

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature that appears to be 'Nelson', a signature that appears to be 'João', and a signature that appears to be 'Francisco' with the number '4' next to it.

psicólogo no caso do CREAS vai identificar no rol de recursos existentes, quais os programas e projetos que o jovem usuário poderá ser encaminhado. Ex.: PROJOVEM. Os profissionais dos CRAS e dos CREAS serão capacitados para a realização deste trabalho.

Item 3 – A seguir, o Secretário Executivo do CONAD, passou a **PALAVRA AO PLENÁRIO** para dúvidas ou questionamentos a respeito do assunto apresentado.

❖ Conselheira Mônica Gorgulho – colocou que a fase de mobilização representa quase 50% de qualquer projeto. Se a idéia for “comprada” sua viabilização ocorre com mais facilidade. Questionou quanto à existência de algum plano de revitalização da fase de mobilização com vistas à manutenção do entusiasmo do projeto nos próximos 02 anos.

❖ Conselheira Paulina Duarte – colocou que a proposta consiste num processo de mobilização permanente em cada ação apresentada.

❖ Secretário-Executivo Paulo Uchôa – informou que o Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, não está realizando nenhum desembolso. O recurso é do PRONASCI.

Item 4 – **GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO E REGULAMENTAÇÃO DA LEI** - O Conselheiro Domingos Bernardes fez um breve relato sobre o trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho em São Paulo. Após, comentou sobre algumas das sugestões:

a) a presunção da sinceridade e a presunção de veracidade daquele que se declare usuário;

b) a questão da legalização. Comentou que, após a conclusão deste trabalho o Grupo irá submeter ao plenário para a discussão e aprovação ou rejeição.

Conselheira Paulina Duarte – complementando a fala do Dr. Domingos esclareceu que o Grupo de Trabalho tem como objetivo propor a revisão e também os aspectos de regulamentação da Lei. Temas interessantes foram levantados: a) legalização da maconha; b) regulamentação da questão de redução de danos – quanto a este ponto não há necessidade de alteração da Lei, uma vez que, a Redução de Danos está clara, na Lei, na PNAD e no Decreto que regulamenta a Lei. É atribuição do Ministério da Saúde regulamentar as ações; c) a pesquisa realizada, patrocinada pelo Ministério da Justiça, realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Universidade de Brasília sobre a aplicação da Lei de drogas em relação ao artigo 33, que concluiu ter havido um aumento considerável de prisões por tráfico de drogas, sendo que os presos eram na maioria jovens sem antecedentes criminais, presos em flagrante, sem associação criminosa, eram presos sozinhos ou no máximo duas pessoas. Concluiu dizendo que essa é uma das questões que deverá ser discutida pelo Colegiado.

Conselheiro Elisaldo Carlini – comentou que participou de uma reunião no Conselho Municipal de Drogas de São Paulo COMUDA onde o tema era a legalização da maconha. Acredita que a proposta do Conselho é válida. Acrescentou que enquanto não houver

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are several smaller signatures and initials, including one that appears to be 'Mônica'. On the right, there is a signature that looks like 'Paulina Duarte' and another that looks like 'Elisaldo Carlini'. There is also a small number '5' written near the bottom right corner.

realmente discussão democrática, aberta e franca sobre esse assunto, fica muito difícil chegar a um consenso.

Conselheira Luizemir Lago – comentou que o CONED/SP está discutindo a questão da legalização da maconha e informou sobre a regulamentação Estadual do Tabaco. Finalizando, fez um breve relato sobre o trabalho que está sendo realizado na Cracolândia com o apoio e parceria do município, cujo foco de ação está voltado para a humanização do atendimento do usuário. A seguir, entregou para o coordenador do Grupo de Trabalho (GT-SP) proposta da reforma do artigo 33 que foi encaminhada ao Conselho de São Paulo pelo Dr. Marcelo Lis Barone que é Promotor de Justiça Criminal da capital (Conselheiro do CONED e representante do Ministério Público).

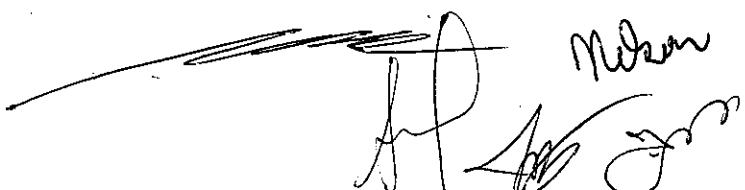
Conselheiro Sérgio Vidal – questionou se poderia se inscrever para participar do Grupo de Trabalho (GT) ou, se não fosse possível, como os conselheiros poderiam ter acesso aos trabalhos e discussões do GT.

Conselheira Paulina Duarte – colocou que o grupo está aberto. Entretanto, a única limitação é recurso do CONAD para financiar o ingresso de mais integrantes. Acrescentou que o grupo deliberou fazer as reuniões em São Paulo, conforme a agenda de seus integrantes. Informou que a próxima reunião será dia dezanove de agosto, das 10:00 às 16:00.

Conselheiro Francisco Cordeiro – sugeriu que os resultados das reuniões do GT-SP, bem como outros materiais disponibilizados fossem repassados para os conselheiros do Colegiado, por exemplo, a pesquisa do Ministério da Justiça e os artigos do Dr. Domingos.

Conselheira Cristina Brites – Solicitou esclarecimentos com relação ao cronograma do Grupo de Trabalho.

Item 5 – **MANIFESTAÇÕES POPULARES NA ÁREA DE DROGAS (“MARCHA DA MACONHA”)** – A Conselheira Mônica Gorgulho comentou sobre o “entendimento popular” a respeito da Marcha da Maconha, cujo nome em sua opinião, passa uma imagem distorcida do porque da sua existência. Complementou relatando que a marcha da maconha acontece em vários países de forma democrática e que a legislação brasileira também prevê o direito das pessoas se pronunciarem a respeito desse tema. Expressou sua preocupação, questionando: “se há uma Lei Federal, uma Política Nacional, “por que em alguns estados que organizam essa manifestação de forma pacífica e equilibrada, sua realização é proibida, e, em outros, permitida. Por que a discriminação entre Estados, se a Lei é a mesma?”. Ressaltou que seu propósito era trazer o tema para ser discutido no Conselho, com vistas a



Taniaus 6  
Francisco  
Ezequiel

obter a opinião dos Conselheiros a respeito, e também como uma medida mínima de

coerência com o documento da UNGASS (retirar a maconha da Lista IV, permanecendo, apenas, na Lista I), uma coerência enquanto país, na política, prática e na ação. Gostaria que o Conselho se manifestasse em relação à viabilidade da organização da manifestação sobre a maconha.

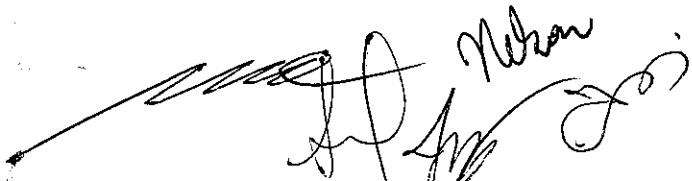
O Secretário-Executivo Paulo Uchôa – lembrou do compromisso assumido pelo CONAD na reunião anterior. Fez constar em ata que o CONAD vai elaborar um documento encaminhando ao Ministério das Relações Exteriores sugerindo a retirada da maconha da Lista IV permanecendo na Lista I. Acrescentou que essa foi uma decisão colocada em votação na reunião anterior e que ainda não havia sido operacionalizada. Mas reassumiu o compromisso de fazê-lo em curto prazo. A seguir, passou a PALAVRA AO PLENÁRIO para dúvidas ou questionamentos a respeito do assunto apresentado pela Conselheira Mônica Gorgulho.

Conselheiro Sérgio Vidal – relatou algumas das experiências vivenciadas em alguns Estados e comentou sobre a sua situação quando coordenava a Marcha da Maconha em Salvador. Colocou que, no ano passado, especificamente na Bahia, foi interrogado na Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes. E que neste ano não foi interrogado, porém, foi aberto um inquérito e oficialmente está sob investigação. Comentou que, em João Pessoa, a posição da igreja em relação à marcha foi moralista - excomungando manifestantes. Em Fortaleza, houve ameaças e intimidações por parte da juíza que decidiu pela não realização da marcha. Acredita que, em certas situações, foram cometidos abusos de poder em nome da proibição da Marcha.

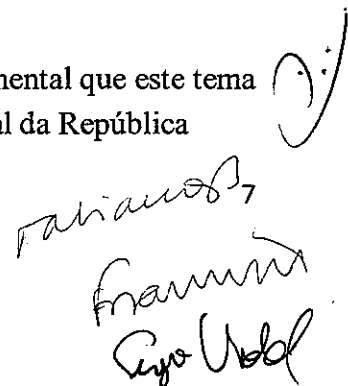
Conselheira Cristina Brites – concordou com as colocações realizadas pela Conselheira Mônica Gorgulho e enfatizou que acredita que o CONAD seja o espaço de discussão e de encaminhamento de uma posição em relação a essa manifestação. Ressaltou que o grande avanço da Política Nacional sobre Drogas e dos espaços de democratização é exatamente reconhecer a adversidade, posições diversas e tratá-las democraticamente.

Conselheiro Edward MacRae – mencionou que este tema é polêmico e que a sociedade ainda apresenta uma visão distorcida e preconceituosa sobre a descriminalização da maconha. Acredita que o assunto deva fazer parte da agenda, não só do CONAD, mas de uma agenda geral.

Conselheira Paulina Duarte – em relação à marcha da maconha é fundamental que este tema seja discutido no CONAD. Entretanto, informou que a Procuradora Geral da República



Nelson



Paulo Uchôa

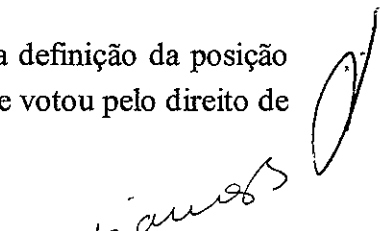
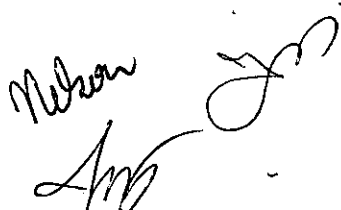
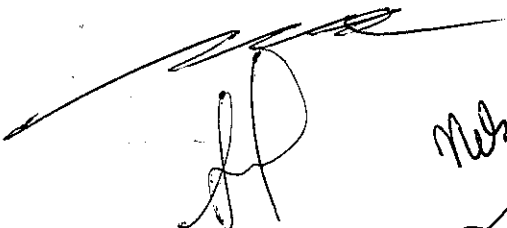
entrou com uma ação solicitando ao Supremo Tribunal Federal que se manifestasse quanto a inconstitucionalidade de se proibir a manifestação, o livre direito de expressão. Essa ação está sendo julgada.

Conselheiro Domingos Bernardes – fez a leitura de um pequeno trecho que considera que resume a posição da Procuradora da República: “Não há crime de apologia quando o que se pretende é discutir uma política pública, seja a de participação popular no poder, seja a de saúde seja a fundiária... Não importa muito o teor do pensamento da argumentação que será expressa, no locus público. Para a constituição o que importa é a liberdade de fazê-lo.”

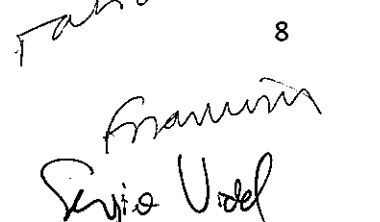
Conselheiro Elisaldo Carlini – colocou que acredita que o CONAD deva emitir um parecer favorável à marcha no que se refere à liberdade de expressão. Entretanto, não há como concordar com a legalização. Reforçou que é preciso solicitar a retirada da maconha da Lista IV, mantendo-a na Lista I.

José Guerra – que estava representando os Conselheiros da Secretaria Especial dos Direitos Humanos se posicionou favoravelmente aos termos da ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público Federal. Após, fez a leitura do parecer emitido: “Observa-se, claramente, que o objeto do pronunciamento judicial não é a permissão para fumar, plantar ou portar substâncias entorpecentes, mesmo que para consumo próprio, o que seria crime. Cuida-se, isto sim, de permitir que a sociedade civil possa organizar-se para lutar por mudanças de leis e políticas públicas que regem tal comportamento. O que é um direito indiscutível. Ademais, manifestações de cunho apologético incentivam a prática do crime, como por exemplo, o uso da maconha ou qualquer outra substância ilícita. O que não se confunde com o estímulo ao debate acerca da legalização das drogas. Ora, se o desafio da democracia é o equilíbrio entre a defesa da liberdade de expressão e de reunião e a proibição do discurso que incita a prática de crime, infere-se desproporcionalidade na decisão judicial que desestimula o debate acerca das decisões políticas do Estado. Desta forma, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, põe-se de acordo com a possibilidade de reunião de forma pacífica, sem incitação à prática de crime, sem armas, em locais abertos ao público, para defesa da legalização de substâncias entorpecentes, nos termos da ADI 4274.” Em seguida, entregou o parecer ao Secretário-Executivo do CONAD e colocou que se fosse de interesse dos demais, poderia encaminhar via e-mail.

Secretário-Executivo Paulo Uchoa – consultou o Colegiado quanto a definição da posição do Conselho em relação a Marcha da Maconha – que por unanimidade votou pelo direito de expressão.



8



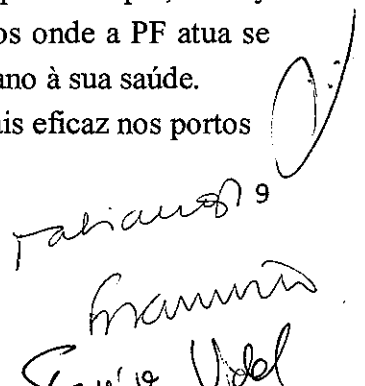
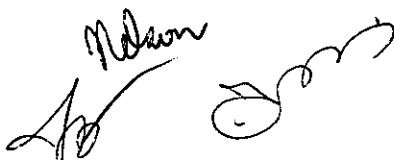
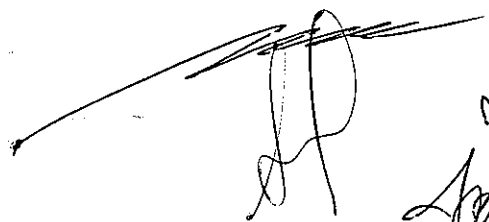


Item 6 – ASSINATURA DOS TERMOS DE POSSE – Já com a presença do Presidente do CONAD, Jorge Armando Felix, foi dado prosseguimento à pauta, procedendo-se posse aos conselheiros titulares e suplentes já indicados pelos órgãos que compõem o Conselho: Cristina Maria Brites, representante do Conselho Federal de Serviço Social; Osmar Expedito Madeira Junior e Sérgio Luiz Messias, representantes da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda; Márcio Nunes de Oliveira, representante do DPF do Ministério da Justiça. A seguir, o Secretário Executivo do CONAD passou a palavra àqueles conselheiros que quisessem fazer o uso da palavra.

Conselheiro Nelson Giovanelli - comentou sobre o prêmio que a Fazenda Esperança recebeu de uma Universidade dos Estados Unidos. Atualmente, há 46 unidades da Fazenda Esperança - do Amazonas até o Rio Grande do Sul. No exterior são 17 e, amanhã (12/08), será inaugurada a 4ª unidade na Alemanha e em 29/08 na Rússia.

Conselheiro Luiz Dórea – comentou sobre as ações e aquisições da Polícia federal na área de repressão as drogas:

- Aquisição de veículo não tripulado chamado VANT - com vistas a melhor patrulhar as fronteiras com os países produtores de cocaína;
- Projeto de capacitação de Policiais Federais com vistas a formar profissionais em todas as delegacias para que possam ministrar palestras nas comunidades onde atuam;
- Projeto Piloto de Sensoriamento Remoto - identificar através de satélites prováveis áreas onde há o plantio e cultivo de maconha, principalmente na região Nordeste e no Paraguai;
- Projeto PeQui (Perfil Químico).- Trata-se de uma leitura de componentes químicos. "Através desse projeto nós poderemos identificar, por exemplo, a origem do cloridrato de cocaína (pastá base), se veio do Peru ou da Bolívia". Ressaltou que essa atividade é muito importante para um trabalho de investigação e repressão às drogas, pois, através da análise do perfil químico pode-se identificar quadrilhas e mapear rotas, facilitando o trabalho de desmantelamento das organizações criminosas dedicadas a esse fim.
- Fortalecimento das Delegacias da Amazônia Legal que fazem fronteira com a Colômbia, Peru e Bolívia. A DPF está investindo em equipamentos, tais como, lanchas, barcos, equipamentos de inteligência para uma ação mais eficaz nos rios. Comentou sobre a bem sucedida parceria com as Forças Armadas, que, no caso da Força Aérea Brasileira, tem possibilitado interceptar aeronaves de narcotraficantes que são forçadas a aterrissar, oriundas do Peru e da Bolívia. Ainda, foi realizada parceria com a Agência Anti-Drogas Americana - através desta da qual irão obter alguns aparelhos, como por exemplo, "Body Scans", os quais permitem verificar com muita precisão nos aeroportos onde a PF atua se algum passageiro transporta cápsulas engolidas, sem causar qualquer dano à sua saúde.
- Parceria com a Receita Federal do Brasil - com vistas a uma ação mais eficaz nos portos



marítimos em relação ao tráfico através de containeres. Citou como exemplo a ação no porto de Paranaguá que resultou na apreensão de 04 (quatro) toneladas de cocaína em um container que iria para a Romênia.

- Parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - pretende-se coibir o tráfico através da utilização de equipamentos, como espectrômetros de massa e raios x nos dois centros de triagem de cartas e encomendas, respectivamente, Rio de Janeiro e São Paulo.

- E, finalizando, informou que já estão em execução os termos dos acordos firmados com as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai – para a realização de operações ostensivas em conjunto dentro dos seus territórios, intercâmbio de informações, capacitação de policiais bolivianos e paraguaios na Academia Nacional de Polícia, apoio brasileiro com helicópteros para a erradicação de cultivos ilícitos e troca de oficiais de ligação nas unidades de inteligência.

Ressalta que estas são algumas das ações que o DPF está realizando nos últimos tempos no que se refere a sua atribuição principal dentro do SISNAD - que é a redução da oferta de drogas.

Conselheira Cristina Brites – informou que atua na Universidade Federal Fluminense, no Pólo de Rio das Ostras, próximo a Macaé, que é um dos municípios indicados no programa. Colocou-se a disposição. Questionou sobre o procedimento do Conselho em relação a cronogramas e pautas de reuniões.

Conselheiro Osmar Expedito – ressaltou que a Receita Federal continua à disposição para implementação das Políticas Nacionais. Sugeriu que houvesse uma programação – agenda pré-definida das reuniões, devido à dificuldade de agenda.

Conselheiro Elisaldo Carlini – de maneira breve levantou algumas questões: há um mês atrás, a Polícia Federal e o DEA americano, fizeram uma operação conjunta no Brasil, chamada F40. Gostaria de obter maiores informações sobre o tema.

Conselheiro Bruno Gonçalves – com relação à operação F40 comentou que há uma parceria muito boa na PF e que há 2 anos foi criada uma Assessoria de Segurança Institucional – na ANVISA. Com relação ao Femproporex, houve uma queda de consumo após a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados.

Item 7 – Com a palavra o Presidente do CONAD, fez breve comentário sobre o parecer da Procuradora Geral da República, bem como sobre a apresentação do Programa SENAD/PRONASCI.

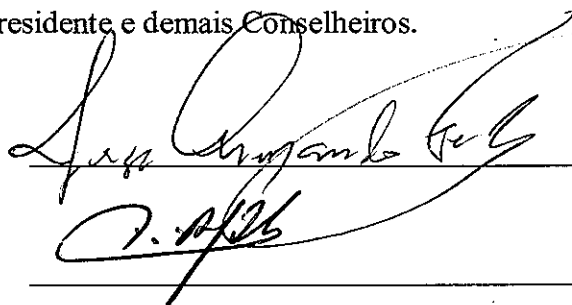
Apresentou ao Colegiado alguns desafios para serem concluídos até o final do mandato:

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature labeled 'Nelson' in the center, a signature labeled 'F40' on the right, and a signature labeled 'F40' on the far right. There are also some illegible handwritten notes and initials.

- Discussão da Maconha – dar seguimento ao trabalho iniciado em 2004, em SP em parceria com o CEBRID – sugeriu a possibilidade de criação de uma Câmara Técnica;
- É preciso discutir o papel das Comunidades Terapêuticas;
- Discutir a questão do álcool. Relatou que houve um avanço na discussão do problema do álcool, mas paramos, então é preciso continuar;
- Lembra à SENAD, dois trabalhos específicos junto ao INCRA e FUNAI;
- Discussão da Lei – acredita que convém ficar para próximo governo, mas é possível deixar uma contribuição, mesmo que seja apenas sob a forma de proposta. A Lei é recente, “mas já é tempo de fazer uma reavaliação sobre o que já deu certo. O que não deu certo, e o que não deu certo nós tentaremos melhorar, e o que deu certo, deixa lá”... o que eu falei aqui é quase que um programa de trabalho para as próximas reuniões do CONAD e, evidentemente, se tiverem alguma sugestão a mais, podem colocar.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CONAD agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. E eu, Déborah Domiceli de Oliveira Cruz, Assessora Executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, para constar, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais Conselheiros.

Jorge Armando Felix  
Presidente do CONAD



Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa  
Secretário Executivo do CONAD

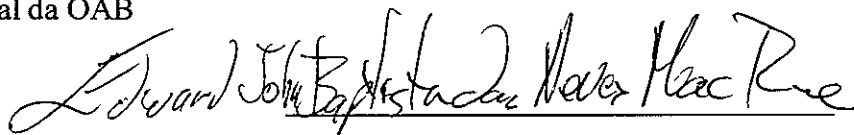
Titular: Paulina do Carmo A. Vieira Duarte  
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

Suplente: Bruno Gonçalves Araújo Reis  
Representante da ANVISA - Ministério da Saúde

Titular: Cristina Maria Brites  
Representante do CFESS

Titular: Domingos Bernardo G. da Silva Sá  
Representante do Conselho Federal da OAB

Titular: Edward MacRae  
Antropólogo



Titular: Elisaldo Luiz de Araújo Carlini  
Representante da SBPC

Titular: Fátima Souza Campos Roriz  
Representante da Imprensa

Suplente: Francisco Cordeiro  
Representante do Ministério da Saúde

José Guerra  
Representante da SEDH - PR

Titular: Luiz Cravo Dórea  
Representante do DPF - MJ

Titular: Luizemir Wolney Carvalho Lago  
Representante dos CONEN'S

Suplente: Marcelo Silva Pontes  
Representante do COAF/Ministério da Fazenda

Suplente: Mariza Vieira de Bem  
Representante do Ministério do Desenvolvimento  
Social e Combate à Fome

Titular: Mônica Gorgulho  
Representante do Conselho Federal de Psicologia

Titular: Nelson Giovanelli R. dos Santos  
Representante do Terceiro Setor

Titular: Osmar Expedito Madeira Júnior  
Representante da Receita Federal/MF

Titular: Paulo Sérgio Ribeiro  
Representante do Ministério da Defesa

Titular: Sérgio Maurício Souza Vidal  
Representante da UNE

Suplente: Sueli Teixeira de Mello  
Representante do Conselho Nacional de Educação

Tatiana Arantes Barbosa  
Observadora - Representante do MRE

